


COLONIALIDADE DO SER: A DESCONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO DIRETÓRIO POMBALINO

COLONIALITY OF BEING: THE DECONSTRUCTION OF NARRATIVES ABOUT INDIGENOUS PEOPLES IN THE POMBALINO DIRECTORY

Recebido em: 11/12/2024

Aceito em: 30/11/2024

Publicado em: 17/12/2024

Erick de Brito Sampaio¹ 

Universidade Federal do Amazonas

Rozane Alonso Alves² 

Universidade Federal do Amazonas

José Vicente de Souza Aguiar³ 

Universidade do Estado do Amazonas

Resumo: Desfazer saberes exige revisitar nas origens a episteme, ou conjunto epistêmico que se pretende subverter, desconstruir e ressignificar identificando o modo que estes foram instituídos e em qual, ou quais, pontos da História, foram impostos e sobre quais circunstâncias. Dentre estes saberes estão as colonialidades praticadas pelas potências europeias nas Américas, onde enfatizamos que o processo colonizador não restringiu as práticas econômicas e políticas, onde nitidamente os povos originários sofreram o que podemos chamar de colonialidade do ser. Os povos milenares aqui presentes desenvolveram culturalidade, religiosidade e sistemas políticos e sociais complexos e apesar de possuírem todas essas características que constituíam suas identidades e modos de vida, sofreram um processo de redução etnocêntrica, em que a ótica europeia em vários momentos promoveu o desrespeito e agressões. Este trabalho objetivou identificar elementos que carecem ser desconstruídos presentes no discurso e herança desta mentalidade analisando um dos dispositivos normativos implementados pela coroa portuguesa que foi o “Diretório dos Índios” também conhecido como “Diretório Pombalino” que em linhas gerais previa a “civilização do gentio” o que já permite delinear como os povos originários eram situados pelo Estado português em seu “projeto” de inserção desta região na dinâmica social e econômica euro mercantil.

Palavras-chave: Colonialismo; Narrativas; Subversão; Decolonialidade.

Abstract: Undoing knowledge requires revisiting the origins of the episteme, or epistemic set that is intended to subvert, deconstruct and give new meaning, identifying the way in which they were instituted and at which point(s) in History they were imposed and under what circumstances. Among this knowledge are the colonialities practiced by European powers in the Americas, where we emphasize that the colonizing process did not restrict economic and political practices, we can see that what we can call the coloniality of being suffered. The ancient peoples present here developed culturality, religiosity and complex political and social systems and despite having all these characteristics that constituted their identities and ways of life, they suffered a process of ethnocentric reduction, in which the European perspective at various times promoted disrespect and aggressions. This work aimed to identify elements that need to be deconstructed present in the discourse and heritage of this mentality by analyzing one of the normative devices implemented by the Portuguese crown, which was the

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação no Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: erick.bsampaio@gmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente é docente na Universidade Federal do Amazonas atuando na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-graduação em Ciências e Humanidades. E-mail: rozanealonso@ufam.edu.br

³Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação (EDUCANORTE) da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: jvicente@uea.edu.br

“Diretório dos Índios” also known as “Diretório Pombalino” which in general terms provided for the “civilization of the gentile ” which already allows us to outline how the original peoples were situated by the Portuguese State in its “project” of inserting this region into the Euro-mercantile social and economic dynamics.

Keyword: Colonialism; Narratives; Subversion; Decoloniality.

INTRODUÇÃO

A colonização das Américas, em especial da região amazônica, foi um processo que se desdobrou em múltiplas dimensões e impactou profundamente as sociedades indígenas que ali habitavam. Entre os diversos mecanismos empregados pelas potências coloniais europeias, a imposição de epistemologias eurocêntricas destacou-se como uma das formas mais abrangentes e duradouras de dominação. Essas epistemologias, que derivavam de um sistema de pensamento consolidado no Ocidente, visavam não apenas à exploração dos recursos naturais e à submissão política dos povos originários, o projeto colonizador almejava à transformação radical de suas formas de ser, pensar e existir. Esse processo é comumente referido como a "colonialidade do ser", um conceito que captura a tentativa de desqualificação e subjugação das identidades indígenas, obliterando suas cosmovisões e modos de vida em favor de uma ordem hegemônica que servia aos interesses coloniais.

A análise epistemológica, de fato, revela que a mentalidade colonial não se restringiu às ações práticas de dominação, mas estendeu-se à construção de narrativas históricas que serviram para legitimar e perpetuar a exploração e a marginalização dos povos indígenas. A partir de uma perspectiva eurocêntrica, as interpretações históricas foram moldadas de maneira a apresentar os povos indígenas como inferiores, o que facilitou a justificativa moral e ideológica para a imposição do modelo civilizatório europeu. Gomes (1991) explora como esses estereótipos e preconceitos, profundamente enraizados na ideologia colonialista, não apenas sustentaram a subjugação econômica e territorial dos povos indígenas como influenciaram a forma como suas histórias foram contadas e preservadas ao longo do tempo.

Esse Eurocentrismo resultou em uma construção histórica que reduziu os povos indígenas a sujeitos passivos, meros obstáculos ao avanço do "progresso" e da "civilização". Essa narrativa, ao posicionar os europeus como agentes do desenvolvimento e os indígenas como atrasados e incivilizados contribuiu para a naturalização das relações de poder assimétricas que marcaram o período colonial e continuaram a reverberar na sociedade contemporânea. Ao ignorar a complexidade das culturas indígenas e suas contribuições à humanidade, essa visão distorcida promoveu a desvalorização de suas epistemologias e modos de vida.

Gomes (1991) também nos alerta para o fato de que essa abordagem, ao enfatizar a inferioridade dos povos colonizados, não apenas perpetuou o preconceito, mas provocou a ocultação das formas de resistência que os indígenas utilizaram para enfrentar a imposição colonial. As práticas de resistência, muitas vezes invisibilizadas pela historiografia oficial, são elementos fundamentais para a compreensão da relação de confronto e sobrevivência dos povos indígenas diante da colonização.

Portanto, ao revisitar essas narrativas históricas com uma abordagem crítica e descolonizadora, é possível não só desconstruir os estereótipos que subjagam as culturas indígenas tornando possível resgatar e valorizar suas epistemologias e sua agência histórica. Isso implica a necessidade de questionar as fontes tradicionais e abrir espaço para a inclusão das vozes indígenas, bem como a reinterpretação dos acontecimentos históricos sob uma perspectiva que leve em consideração suas próprias cosmologias e resistências.

No contexto da colonização portuguesa, a Amazônia apresentou inúmeros desafios tanto do ponto de vista logístico quanto político e social. Segundo Fernandes (2019), a vastidão do território amazônico e a resistência ativa dos povos indígenas que habitavam a região tornaram-na uma área de difícil controle para os colonizadores portugueses. As tribos indígenas, com seu conhecimento profundo do território e suas diversas formas de organização e resistência, representavam um obstáculo significativo à expansão colonial. Esse cenário foi particularmente relevante no século XVIII, quando o Império Português buscava consolidar seu domínio sobre áreas estratégicas da colônia, visando explorar seus recursos naturais.

Como parte de uma série de reformas mais amplas implementadas pelo Marquês de Pombal, então primeiro-ministro de Portugal, o Diretório dos Índios de 1757 foi criado com o objetivo formal de "civilizar" os povos indígenas da Amazônia. No entanto, sob essa justificativa de "civilização", havia uma política de assimilação forçada que visava submeter às populações indígenas às estruturas econômicas, políticas e sociais do império colonial português. O discurso civilizatório do Diretório não refletia uma tentativa de integrar os povos indígenas em igualdade de condições, mas sim de moldá-los de acordo com os interesses mercantilistas e capitalistas da metrópole. A supressão das tradições, costumes e formas de organização social dos povos originários foi uma ferramenta fundamental nesse processo, com o objetivo de transformar os indígenas em mão de obra e em súditos obedientes ao poder colonial.

As reformas pombalinas buscaram organizar a Amazônia, transformando-a em uma região economicamente produtiva para os interesses portugueses, o que implicava uma profunda reconfiguração da vida indígena. Essa "integração" envolvia a imposição de práticas europeias, incluindo o trabalho forçado nas missões e nas aldeias que se reorganizaram sob a supervisão de administradores coloniais. A língua portuguesa foi imposta como língua oficial, substituindo as línguas nativas, enquanto as práticas culturais e religiosas indígenas eram sistematicamente reprimidas. Essa reestruturação não era apenas econômica, possuía um viés simbólico, na medida em que o Diretório procurava destruir as bases da autonomia indígena, redefinindo-os como sujeitos coloniais subalternos.

No entanto, Fernandes (2019) destaca que a resistência indígena na Amazônia não foi totalmente sufocada. Mesmo diante da repressão e das políticas assimilacionistas, os povos indígenas desenvolveram estratégias de resistência, como fugas, revoltas e a manutenção de práticas culturais e religiosas de forma clandestina. Esse embate entre a imposição colonial e a resistência indígena caracterizou a experiência histórica da Amazônia durante o período pombalino, produzindo práticas subversivas nas dinâmicas sociais e culturais da região. O Diretório dos Índios representa, assim, um capítulo crucial na história da tentativa de dominação colonial sobre a Amazônia, ao mesmo tempo em que evidenciou a subversão e a capacidade de resistência dos povos indígenas diante das pressões da colonialidade.

A análise crítica do Diretório Pombalino tem apresentado que as narrativas colonialistas frente aos processos de representação dos povos indígenas têm se configurado como práticas legislativas, sendo muito além de um simples conjunto de regras administrativas. Ela representou uma tentativa sistemática de reconfigurar às identidades indígenas, subordinando-as a uma lógica eurocêntrica que negava a validade de suas cosmovisões. O próprio discurso contido no Diretório é permeado de termos pejorativos que descrevem os indígenas como "bárbaros", "ignorantes" e "rústicos", legitimando a intervenção colonial como uma missão civilizatória. Esse tipo de narrativa, que desqualificava os modos de vida indígenas, pode ser entendido como parte de um processo mais amplo de "colonialidade do ser", conforme apontado por autores como Walter Mignolo e Aníbal Quijano. Segundo Mignolo (2010), a colonialidade não se limita ao domínio político ou econômico, mas inclui também a produção de um sistema de saberes que subalterniza os conhecimentos e as culturas não ocidentais.

A imposição dessa epistemologia eurocêntrica não ocorreu de maneira isolada. Ela foi reforçada por uma série de práticas culturais e políticas que visavam transformar os indígenas em sujeitos subalternos dentro da nova ordem colonial. O Diretório dos Índios, ao tentar introduzir os indígenas nas práticas produtivas mercantis, como o trabalho agrícola e a exploração de recursos naturais tinham como objetivo último enquadrá-los no sistema capitalista emergente. Isso implicava a destruição de suas relações tradicionais com a terra, com a natureza e com suas próprias comunidades, forçando-os a adotar uma visão de mundo baseada no individualismo, no acúmulo de riquezas e na obediência a uma hierarquia social imposta pelos colonizadores.

No entanto, essa imposição encontrou resistência. Os povos indígenas, apesar das pressões externas, continuaram a lutar pela preservação de suas culturas, línguas e modos de vida. O processo de colonização foi, portanto, marcado por uma tensão constante entre a tentativa de subjugação e a resistência dos colonizados. Como observa Homi Bhabha (1998), a relação entre colonizador e colonizado é sempre ambígua, pois, mesmo diante de uma aparente submissão, os sujeitos colonizados encontram maneiras de resistir e rearticular suas identidades. No caso dos povos indígenas da Amazônia, essa resistência se manifestou de diversas formas, desde revoltas armadas até estratégias mais sutis de preservação cultural, como a manutenção de tradições orais e rituais religiosos.

O Diretório Pombalino é, portanto, um exemplo de como o Estado colonial português buscou institucionalizar a colonialidade do ser. Ao transformar os indígenas em "cidadãos" da coroa portuguesa, o Diretório não apenas negava a legitimidade de suas formas de organização social e política, mas também procurava redefinir o que significava ser humano dentro do contexto colonial. O conceito de "civilização" empregado pelo Marquês de Pombal estava profundamente enraizado em uma visão hierárquica do mundo, em que os europeus eram vistos como portadores da razão, do progresso e da moralidade, enquanto os indígenas eram retratados como sujeitos atrasados, que precisavam ser salvos de sua própria condição.

Esse discurso civilizatório, no entanto, estava intrinsecamente ligado à exploração econômica. Como aponta Caio Prado Jr. (1987), o projeto colonial português na Amazônia tinha como principal objetivo a extração de riquezas para a metrópole, e a "civilização" dos indígenas era vista como uma condição necessária para integrar a região ao mercado global. Ao "civilizar" os indígenas, o Estado português não estava apenas buscando sua assimilação

cultural, objetivava sua transformação em mão de obra produtiva, capaz de contribuir para o enriquecimento do império.

A desconstrução identitária promovida pelo Diretório dos Índios não se limitou à esfera cultural ou econômica, mas incluiu também uma dimensão simbólica e espiritual. Como observa Elisa Garcia (2007), uma das medidas mais significativas do Diretório foi à imposição da língua portuguesa aos indígenas, o que não apenas dificultava a comunicação entre as diferentes comunidades indígenas, colaborava para eliminar um dos principais pilares de suas identidades culturais. A língua, nesse contexto, não era apenas um meio de comunicação, mas um instrumento de controle e dominação, que visava apagar as diferenças culturais e criar um sujeito colonial homogêneo, alinhado aos valores e interesses da coroa portuguesa.

Por fim, é importante destacar que a colonialidade do ser, como conceito, não se refere apenas ao passado colonial, mas continua a ter implicações no presente. As narrativas e práticas que desqualificaram as formas de existência dos povos indígenas no século XVIII ainda encontram eco nas políticas contemporâneas, que muitas vezes marginalizam esses povos e negam seus direitos à terra, à cultura e à autodeterminação. A descolonização, portanto, exige não apenas uma revisão crítica da história requer a ressignificação dos saberes e práticas que foram obliterados pela colonialidade. Isso implica reconhecer o valor e a legitimidade das cosmovisões indígenas, não como objetos de curiosidade antropológica, mas como contribuições vitais para a humanidade.

Ao analisar o Diretório Pombalino, este artigo busca não apenas compreender o impacto histórico dessa legislação sobre os povos indígenas, buscou-se contribuir para o debate sobre a colonialidade do ser, destacando a importância de desconstruir as narrativas eurocêntricas que continuam a moldar nossa compreensão da história e das relações de poder globais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia para o desenvolvimento do artigo "Colonialidade do Ser: narrativas sobre os povos indígenas presentes no Diretório Pombalino" combina uma análise crítica com revisão bibliográfica e estudo documental. A construção dessa metodologia visa compreender como a colonialidade se estrutura como um fenômeno multifacetado, estendendo-se além do colonialismo histórico para uma continuidade nas formas de opressão cultural, política e

epistemológica que perduram até hoje. Essa metodologia busca dissecar a colonialidade nas suas dimensões epistemológicas, ontológicas e históricas, permitindo observar tanto suas raízes no período colonial quanto sua permanência no contexto contemporâneo. Baseando-se em uma abordagem teórico-conceitual decolonial, ancorada nos estudos de Aníbal Quijano (2000) e Walter D. Mignolo (2003; 2010), este estudo também se apoia na análise de documentos históricos, com destaque para o Diretório dos Índios (1757), que reflete os mecanismos de controle e assimilação cultural impostos sobre os povos indígenas.

A primeira frente metodológica concentra-se em uma ampla revisão bibliográfica, guiada por autores centrais dos Estudos Decoloniais, como Aníbal Quijano (2000) e Walter D. Mignolo (2003; 2010). Ao explorar as ideias desses teóricos, busca-se compreender a estrutura da "colonialidade do ser" como uma forma de violência ontológica e epistemológica que permeia os processos coloniais e pós-coloniais. Aníbal Quijano (2000) introduz o conceito de colonialidade como uma extensão do colonialismo, propondo que este não desaparece com o fim das colônias, mas persiste nas estruturas de poder, nos modos de conhecer (epistemologia) e ser (ontologia) que caracterizam as sociedades pós-coloniais. Ao aplicar o conceito de "colonialidade do ser", o artigo examina como a estrutura colonial buscou redefinir a identidade indígena, desumanizando-a e subordinando-a aos valores e normas eurocêntricos.

Esse referencial teórico é fortalecido pelo diálogo com outros pensadores decoloniais, como Boaventura de Sousa Santos (1996), que critica o epistemicídio – ou seja, a eliminação sistemática dos saberes tradicionais – como um dos aspectos mais violentos do processo colonial. Ao confrontar a colonialidade com o epistemicídio, a metodologia permite analisar como as políticas coloniais, sobretudo as implementadas pelo Diretório dos Índios, constituíram-se em tentativas de apagar e deslegitimar os saberes indígenas. Esse apagamento epistemológico não se limitou ao conhecimento, afetou também as práticas sociais, religiosas e culturais dos povos indígenas, configurando-se como um ataque às suas formas de ser e existir. Gersem Baniwa (2012), por exemplo, contribui para essa análise ao defender a necessidade de recuperar e valorizar as epistemologias indígenas, revelando a importância de um pensamento indígena contemporâneo que reaja à colonialidade.

A revisão bibliográfica, portanto, visa construir uma base sólida para entender a colonialidade como um fenômeno que vai além do domínio físico ou territorial, incorporando uma dominação intelectual e espiritual. A partir das contribuições desses teóricos, o artigo

elabora uma crítica à continuidade dessas estruturas coloniais nas sociedades contemporâneas, especialmente no que tange à desvalorização e marginalização dos saberes indígenas. Dessa forma, o artigo não apenas investiga o impacto histórico da colonialidade, questiona a maneira como essa estrutura de poder permanece ativa nos imaginários e nas políticas atuais, o que será aprofundado com a análise documental.

A análise documental, segundo eixo metodológico, centra-se no exame de textos e legislações específicas do período colonial, em especial o Diretório dos Índios (1757). Esse documento é fundamental para compreender as políticas de controle e assimilação cultural imposta aos povos indígenas durante o período colonial, evidenciando como a "colonialidade do ser" foi instrumentalizada através de um discurso civilizatório. O Diretório propunha a "civilização" dos indígenas por meio da imposição de práticas culturais, religiosas e econômicas europeias, desconsiderando e deslegitimando as práticas e saberes próprios das comunidades indígenas. Esse estudo documental permite identificar como as autoridades coloniais construíram narrativas que justificavam a intervenção nas sociedades indígenas como uma "missão civilizadora", impondo normas que buscavam transformar radicalmente suas identidades.

A análise dos textos do Diretório busca entender as formas de violência simbólica que foram utilizadas para controlar e assimilar os indígenas. Ao regulamentar a vida cotidiana, o trabalho, a religião e as relações sociais dos povos indígenas, o Diretório exemplifica a colonialidade como um fenômeno que permeia as esferas mais íntimas da vida dos colonizados, sujeitando suas práticas culturais e sociais a uma normatividade externa. Essa normatividade, imposta como uma forma de "civilização", visava a adaptação dos indígenas aos modos de vida coloniais, gerando um processo de despersonalização e desumanização.

A partir de uma análise hermenêutica dos documentos, o estudo identifica elementos que consolidam a narrativa eurocêntrica e a visão depreciativa sobre os modos de vida indígenas. Através desse exame, observa-se como o Diretório buscava alinhar os indígenas ao modelo econômico e cultural europeu, com políticas que incluíam a conversão forçada ao catolicismo e a proibição do uso de línguas indígenas. Esse controle sobre a cultura e a identidade dos indígenas não visava somente à dominação política, havia um conjunto de práticas destinadas a transformação de sua ontologia, impondo uma nova forma de ser e existir. Assim, o estudo documental fundamenta-se na leitura crítica e detalhada dos textos,

revelando as estratégias coloniais de apagamento cultural e epistemológico, que se consolidam como uma das bases da colonialidade do ser.

Com base nos referenciais teóricos estabelecidos na revisão bibliográfica, o artigo adota uma abordagem crítica e desconstrutiva, centrada no questionamento das narrativas eurocêntricas que naturalizam a colonialidade como um processo “civilizador” e justificável. Ao desconstruir esses discursos, o artigo identifica e expõe os mecanismos de desumanização e inferiorização que estão subjacentes às políticas coloniais e que ainda hoje permeiam a forma como a sociedade enxerga as populações indígenas. Essa análise crítica não se limita ao exame do passado, mas considera as ressonâncias contemporâneas da colonialidade, que ainda se manifestam nas estruturas políticas, sociais e educacionais.

A desconstrução das narrativas eurocêntricas permite que o artigo enfatize a necessidade de um movimento descolonizador que ressignifique a história e a cultura dos povos indígenas. Esse processo de descolonização não implica apenas uma "reversão" das estruturas de poder, advoga em prol da criação de novas formas de resistência que valorizem e fortaleçam as epistemologias e ontologias indígenas. Walter D. Mignolo (2003; 2010) defende que a descolonização não é um evento isolado, mas uma prática contínua de reapropriação e ressignificação dos saberes indígenas, permitindo que eles se afirmem em sua diversidade e singularidade.

A análise desconstrutiva permite, assim, que o artigo critique não apenas as estruturas coloniais, como as formas contemporâneas de colonialidade que continuam a impactar os povos indígenas, como a marginalização cultural, a subordinação econômica e a violência simbólica. Nesse sentido, a metodologia do artigo busca não apenas descrever os efeitos da colonialidade, dedica-se a propor um olhar alternativo, que valorize e legitime os conhecimentos e práticas indígenas enquanto formas autênticas e plenas de conhecimento e existência.

Essa estrutura metodológica permite uma análise profunda e complexa das implicações da colonialidade do ser, mostrando como o Diretório dos Índios representa uma tentativa histórica de controle e assimilação cultural, e como esse processo permanece vivo nas relações de poder contemporâneas. Com isso, o artigo se posiciona não apenas como uma investigação histórica, mas como uma contribuição para o debate atual sobre descolonização e resistência indígena.

A COLONIALIDADE DO SER E O DIRETÓRIO POMBALINO

A colonialidade do ser, como desenvolvida por Walter Mignolo (2010) e Aníbal Quijano (2000), é um conceito central para compreender a profundidade e persistência da dominação colonial, especialmente no contexto latino-americano e, mais especificamente, nas Américas. Ao abordar não apenas a dominação econômica e política, ao englobar a subjugação existencial e ontológica, esse conceito oferece uma lente analítica para examinar como os povos colonizados foram historicamente desumanizados e rebaixados à condição de "não-ser". Isso foi feito por meio da imposição de uma subjetividade eurocêntrica que negava suas cosmologias, práticas culturais e modos de vida, tratando-os como inferiores, bárbaros e irracionais. No Brasil colonial, essa imposição assumiu diversas formas, incluindo o Diretório dos Índios de 1757, elaborado pelo Marquês de Pombal, que é um exemplo emblemático do projeto colonial de "civilização" dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que buscava subordiná-los à lógica da metrópole portuguesa.

A análise da colonialidade do ser parte da premissa de que o colonialismo não se restringiu à exploração econômica e à dominação territorial, mas foi também um processo de dominação epistemológica e ontológica. Aníbal Quijano (2000), ao introduzir o conceito de colonialidade, argumenta que, mesmo com o fim formal do colonialismo, os padrões de poder estabelecidos durante esse período continuaram a moldar as relações globais. Quijano distingue três dimensões principais da colonialidade: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser. A colonialidade do poder refere-se à estrutura de dominação política e econômica que emergiu do colonialismo e se consolidou no capitalismo global, mantendo as relações de exploração entre o centro (Europa) e a periferia (Américas, África e Ásia). A colonialidade do saber, por sua vez, aborda a imposição de um conhecimento eurocêntrico como único saber válido e legítimo, desqualificando outros sistemas de conhecimento, especialmente aqueles dos povos colonizados. A colonialidade do ser, que é o foco desta discussão, diz respeito à dimensão mais profunda e íntima da dominação colonial: a negação da humanidade dos colonizados e a imposição de uma ontologia eurocêntrica que rebaixa os modos de ser e existir dos colonizados ao nível da barbárie e da animalidade.

Walter Mignolo (2010), ao expandir a análise de Quijano, desenvolve o conceito de "ferida colonial" para descrever as consequências existenciais e epistemológicas da colonialidade do ser nos povos colonizados. A "ferida colonial" refere-se ao trauma profundo

que a colonialidade inflige nos colonizados, desumanizando-os e negando a validade de seus modos de vida e sistemas de conhecimento. Para Mignolo, a colonialidade do ser é inseparável da colonialidade do saber, uma vez que a desqualificação ontológica dos colonizados ocorre paralelamente à desqualificação de seus saberes e epistemologias. Esse processo de desumanização e rebaixamento ontológico é sustentado por uma ontologia dualista, em que o “ser” europeu é posicionado no topo de uma hierarquia de humanidade, enquanto o “não-ser” dos colonizados é relegado ao submundo da barbárie e da irracionalidade. Essa hierarquia ontológica foi essencial para justificar o colonialismo, permitindo que os colonizadores tratassem os povos indígenas e africanos como inferiores e, portanto, como legítimos objetos de dominação.

No contexto do Brasil colonial, a colonialidade do ser manifestou-se de maneira particularmente evidente nas políticas de “civilização” e aculturação dos povos indígenas, especialmente através do Diretório dos Índios de 1757. Essa legislação foi uma das principais iniciativas das reformas pombalinas, conduzidas pelo Marquês de Pombal, que tinham como objetivo reorganizar e modernizar o império colonial português. O Diretório visava transformar os povos indígenas da Amazônia em súditos “civilizados” da Coroa portuguesa, inserindo-os na lógica econômica e social da colônia.

A retórica civilizatória que permeava o Diretório dos Índios baseava-se em uma visão eurocêntrica profundamente racializada. Como destaca o Laboratório de Ensino e Material Didático (2018), os indígenas eram descritos como “bárbaros”, “rústicos” e “ignorantes”, e sua suposta incapacidade de se organizar de acordo com os padrões europeus era usada como justificativa para a imposição de uma estrutura social e econômica europeia. Essa caracterização dos indígenas como seres inferiores e incivilizados é um exemplo claro da colonialidade do ser, pois implicava a negação de suas formas de organização social, suas práticas culturais e religiosas, e seus modos de vida.

O Diretório dos Índios foi implementado sob o pretexto de proteger os indígenas e integrá-los à sociedade colonial, mas, na prática, promoveu uma política de aculturação forçada e exploração econômica. Segundo Garcia (2007, p. 24):

O Diretório tinha como objetivo principal a completa integração dos índios à sociedade portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre estes, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. Dessa forma, projetava um futuro no qual não seria possível distinguir uns dos outros, seja em termos físicos, por meio da miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural.

Essa citação de Elisa Garcia evidencia um dos principais objetivos do Diretório dos Índios (1757) no contexto da política pombalina: a assimilação forçada dos indígenas à sociedade colonial portuguesa. Ao almejar a "integração" completa dos índios, o Diretório promovia a ideia de homogeneização tanto biológica quanto cultural. A miscigenação, mencionada na citação, era vista como um meio de apagar fisicamente a distinção racial entre indígenas e brancos, enquanto os mecanismos de "homogeneização cultural" se concretizavam pela imposição de valores, costumes e comportamentos europeus sobre os indígenas.

O projeto do Diretório reflete uma lógica colonialista que via a diferença como algo a ser erradicado, evidenciando o caráter violento dessa política. Ao invés de promover uma convivência baseada no respeito à diversidade cultural, o Diretório visava eliminar a alteridade indígena, resultando, na prática, na negação de suas identidades, línguas e modos de vida. É interessante notar como essa política se insere na visão iluminista de progresso, que buscava "civilizar" os povos considerados inferiores ou atrasados, moldando-os segundo os parâmetros da Europa.

Portanto, o que o Diretório dos Índios realmente buscava era a extinção da cultura indígena como algo distinto, transformando os povos originários em sujeitos assimilados, sem que restassem traços visíveis de sua diferença cultural ou étnica. Essa política de homogeneização forçada tem implicações profundas na forma como se concebia a relação entre colonizadores e colonizados, e na história da luta dos povos indígenas por reconhecimento e preservação de sua identidade.

A imposição da língua portuguesa foi um dos elementos centrais dessa política. Conforme observado por Elisa Fruhauf Garcia (2007), o Diretório proibia o uso das línguas indígenas e tornava obrigatório o ensino do português nas aldeias. Essa medida, que à primeira vista poderia parecer uma simples política educativa, na verdade, representava uma forma de controle cultural e epistemológico. A língua não é apenas um meio de comunicação, materializa-se como um veículo de transmissão de conhecimentos, valores e modos de ver o mundo. Ao forçar os indígenas a abandonarem suas línguas nativas e adotarem o português, o Estado colonial estava impondo uma epistemologia eurocêntrica e desarticulando as cosmologias e formas de organização social indígenas.

Além da imposição da língua, o Diretório dos Índios também proibia as manifestações culturais e religiosas indígenas, substituindo-as pelo cristianismo. Essa política de cristianização estava profundamente ligada à lógica da colonialidade do ser, uma vez que tratava as religiões e espiritualidades indígenas como práticas supersticiosas e pagãs que precisavam ser erradicadas para que os indígenas pudessem ser “civilizados”. No entanto, como argumenta Mignolo (2010), a cristianização dos povos colonizados não se limitou à conversão religiosa, mas foi também uma forma de imposição ontológica. Ao impor o cristianismo como única forma legítima de religiosidade, o Estado colonial estava desqualificando as espiritualidades indígenas e forçando os indígenas a adotar uma subjetividade colonial cristã.

A política de “civilização” promovida pelo Diretório dos Índios também incluiu a reorganização das aldeias indígenas em moldes europeus, com o objetivo de integrar os indígenas ao sistema produtivo colonial. Como parte dessa política, os indígenas foram obrigados a adotar práticas produtivas europeias, como a agricultura de larga escala e o trabalho assalariado. Essas práticas eram incompatíveis com os modos de vida tradicionais dos povos indígenas, que eram baseados em uma relação de reciprocidade com a natureza e em formas comunitárias de organização social. No entanto, sob a lógica da colonialidade do ser, esses modos de vida eram vistos como atrasados e arcaicos, e a introdução dos indígenas no sistema econômico colonial era apresentada como um meio de “civilizá-los” e inseri-los no progresso.

A DESQUALIFICAÇÃO DOS SABERES INDÍGENAS

A desqualificação dos saberes indígenas é um dos mecanismos mais violentos de subordinação empregados pelo colonialismo no Brasil, especialmente na Amazônia. A riqueza de conhecimentos e formas de vida dos povos originários foi sistematicamente reduzida a conceitos de atraso, superstição e irracionalidade, em contraste com a suposta racionalidade europeia. Esse processo de desqualificação está ligado ao projeto de dominação ontológica, epistemológica e territorial dos colonizadores, que se manifesta na imposição de uma subjetividade colonial, alienação dos territórios indígenas e destruição de suas cosmologias.

A colonialidade, conforme estruturada por Aníbal Quijano (2000), é uma manifestação duradoura do colonialismo, persistente mesmo após o fim das estruturas coloniais formais. A

colonialidade do ser aprofundada por Walter Mignolo (2010), refere-se a um controle que vai além da exploração econômica e do domínio político, envolvendo a negação existencial dos colonizados. Isso resulta na sistemática inferiorização e deslegitimação de suas formas de ser, conhecimentos e visões de mundo, tornando a negação ontológica um pilar da empresa colonial.

Os povos indígenas da Amazônia, como observado por Gersem Baniwa (2012), possuíam conhecimentos ecológicos sofisticados, garantindo uma relação equilibrada e sustentável com o meio ambiente ao longo dos milênios. No entanto, esses saberes foram considerados irracionais ou primitivos em comparação ao avanço tecnológico e científico da Europa. A base dessa desqualificação reside na colonialidade do saber, outro eixo abordado por Quijano, que sustenta a ideia de que apenas o conhecimento eurocêntrico possui validade universal, relegando os demais saberes à marginalidade e à inferioridade. Os modos de vida indígenas, que incluíam o uso sustentável de recursos naturais, organização política baseada em redes de reciprocidade e espiritualidade enraizada na natureza, foram desconsiderados ou reformulados dentro de parâmetros europeus.

A desqualificação dos saberes indígenas, caracterizada como um exemplo de “epistemicídio” representa uma das formas mais violentas de imposição colonial sobre os povos originários do Brasil. O termo “epistemicídio”, proposto por Boaventura de Sousa Santos (2014), descreve a destruição de epistemologias que não se alinham com a hegemonia do saber eurocêntrico. No caso dos povos indígenas, esse processo de apagamento e subjogação de seus saberes foi parte de uma estratégia colonial de domínio, onde a imposição cultural não se limitava à exploração econômica, mas permeava todos os aspectos da vida, desde as formas de organização social até as práticas espirituais. No contexto da Amazônia, o Diretório dos Índios (1757), instituído pelo Marquês de Pombal, destaca-se como um exemplo emblemático desse projeto colonial. Em que Santos Souza (1996, p. 104).

[...], mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista [...] tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais).

A desqualificação dos saberes indígenas, no contexto da colonialidade do ser, emerge como um dos mais violentos mecanismos de subordinação do colonialismo no Brasil,

especialmente na Amazônia. Os vastos conhecimentos e formas de vida dos povos originários foram sistematicamente desvalorizados, rotulados como atraso e superstição em contraste com a racionalidade europeia. Essa desqualificação se insere em um projeto de dominação ontológica, epistemológica e territorial, que impôs uma subjetividade colonial, alienando territórios indígenas e destruindo suas cosmologias.

Como delineado por Quijano (2000), a colonialidade é uma manifestação duradoura do colonialismo, persistente mesmo após o fim das estruturas coloniais formais. O conceito de colonialidade do ser pensado por Mignolo (2010), refere-se ao controle que nega a existência dos colonizados, inferiorizando suas formas de ser e seus conhecimentos. Os saberes indígenas, distintos dos eurocêntricos, tornaram-se alvos centrais dessa desqualificação.

Os povos indígenas da Amazônia possuíam conhecimentos ecológicos sofisticados que garantiam uma relação sustentável com o ambiente. No entanto, esses saberes foram classificados como irracionais, em função do avanço tecnológico europeu. Essa desqualificação epistemológica reside na colonialidade do saber, que sustenta a ideia de que apenas o conhecimento eurocêntrico tem validade universal, relegando os demais a uma posição marginal.

O Diretório dos Índios, implementado em 1757, visava à homogeneização cultural, forçando os indígenas a abandonarem seus modos de vida e a adotar práticas europeias. Embora seu propósito fosse civilizatório, resultou na destruição das formas de vida indígenas e no desmantelamento de conhecimentos tradicionais, como a agricultura de coivara e o manejo de várzeas, que eram sustentáveis e adaptados ao ecossistema local. O Diretório impôs monoculturas e técnicas produtivas europeias, desestabilizando o equilíbrio ecológico e eliminando o valor dos saberes locais, caracterizando-se como um “epistemicídio”.

Outro aspecto central do “epistemicídio” foi à imposição da língua portuguesa como meio exclusivo de comunicação nas aldeias, desvalorizando as línguas indígenas, que eram essenciais para a transmissão de saberes e tradições. A imposição do Cristianismo como única religião aceitável também devastou as cosmologias indígenas, que entrelaçavam práticas espirituais com a relação com o ambiente. Essa imposição, segundo Mignolo (2010), reflete a colonialidade do saber, onde as epistemologias indígenas foram suprimidas em favor de uma visão hegemônica.

A alienação territorial imposta pelo Diretório desarticulou a cultura indígena, já que a perda de território significou a perda da autonomia para organizar suas vidas conforme suas

tradições. As práticas culturais e econômicas dos povos originários estavam intrinsecamente ligadas a terra. Como observa Carneiro da Cunha (2012), a relação dos povos indígenas com a terra baseava-se em um profundo conhecimento dos ciclos naturais. O descaso com esses saberes gerou um modelo produtivo que destruía a biodiversidade e a autonomia cultural.

Apesar da violência enfrentada, os povos indígenas têm resistido e reivindicado seus direitos à terra e ao reconhecimento de seus saberes como fundamentais para um mundo mais sustentável. Essa resistência é uma luta pela descolonização do saber, revalorizando conhecimentos que foram marginalizados. A imposição de uma ontologia eurocêntrica desqualificou as formas de ser indígenas, e a luta pela demarcação de terras reflete uma resistência à colonialidade do ser.

As políticas indigenistas, como as do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910, perpetuaram a lógica de assimilação, mas a resistência indígena tem crescido, com lideranças como Sônia Guajajara e Raoni Metuktire destacando-se na luta contra a colonialidade. Assim, o movimento indígena busca descolonizar saberes e afirmar suas identidades culturais, espirituais e políticas, visando à construção de um futuro mais justo e equitativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para os debates produzidos pela colonialidade do ser articulados aos modos como as corporeidades indígenas são debatidas a partir dos discursos colonizatórios, Quijano (2000) e Mignolo (2010) tem nos ajudado a tencionar as dinâmicas de subalternidade que envolveram as narrativas sobre as culturas e cosmologias indígenas debatidas a partir do Diretório Pombalino. O Diretório dos Índios, instituído no Brasil colonial, é um exemplo emblemático desse jogo subalterno ontológico, se constituindo como mecanismo que instituiu modos de ser homogêneos aos povos originários da Amazônia.

Para Mignolo (2010), a colonialidade do ser não se manifesta apenas no controle político e econômico dos povos colonizados, consiste na imposição de uma única ontologia "válida", que nega a legitimidade das existências e cosmologias indígenas. Ao definir as práticas espirituais indígenas como supersticiosas e pagãs, o Estado colonial não só marginalizava essas práticas, mas afirmava a superioridade de uma epistemologia cristã e ocidental.

O projeto do Diretório apresenta uma lógica colonialista que enxergava a diferença como algo a ser suprimido, ressaltando o caráter violento dessa política. Em vez de fomentar uma convivência pautada pelo respeito às diferenças, o Diretório pretendia apagar a alteridade indígena, o que resultou, na prática, no processo de subalternidade dos modos de ser dos grupos originários.

Por fim, do ponto de vista decolonial, o projeto do Diretório é parte de um sistema maior de colonialidade do poder e do saber, que busca não apenas dominar territórios, mas redefinir o que é considerado humano, civilizado e legítimo. Essa homogeneização forçada é vista não como um gesto de igualdade, mas como uma forma de genocídio cultural, onde o “outro” é obrigado a desaparecer como sujeito próprio e a ser recriado nos moldes da visão colonialista de mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro e institucional, que foi essencial para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BALLESTRINI, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, maio – ago., p. 89-117. 2013.

BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida Rita (Org.). **Constituições Nacionais e Povos Indígenas**. Ed. UFMG, 2012. p. 206-227.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

BOXER, Charles Ralph. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. **LABORATÓRIO DE ENSINO E MATERIAL DIDÁTICO**. Disponível em https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/201804/Diretorio_dos_indios_de%29_1757.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Estevão Rafael. Normalizando povos indígenas: um olhar sobre o Diretório Indígena (1757). **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, p. 39-59, jul.-dez. 2019.

GARCIA, Elisa Fruhauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. **Tempo**, v. 12, n. 23. 2007.

GOMES, F. J. S. **Le projet de neo-chretiené dans le diocèse** de Rio de Janeiro de 1869 à 1915. 1991. Tese (Doutorado)-Universidade de Toulouse Le Mirail, Toulouse, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locales/Diseños Globales: Colonialidad, Conocimientos Subalternos y Pensamiento Fronterizo**. Madrid, Ediciones Akal, 2003.

MIGNOLO, Walter. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 337-382.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 7 ed., 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Campinas: Cortez, 1996.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder y clasificacion social”. **Journal of World-Systems Research**, v. 11, n. 2, p. 342-386. 2000.